



Dados - Revista de Ciências Sociais

ISSN: 0011-5258

dados@iesp.uerj.br

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Brasil

Barbosa Brandão, Vasco André; Santé Riveira, Inés; Crecente Maseda, Rafael; Ferreira Neto, José
Ambrósio

Análise Social dos Fatores que Influenciam o Desenvolvimento e o Planejamento de Assentamentos
Rurais: Os Casos dos Municípios de Cervantes e Guitiriz na Galícia

Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 57, núm. 3, julio-septiembre, 2014, pp. 711-744

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21832526005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Análise Social dos Fatores que Influenciam o Desenvolvimento e o Planejamento de Assentamentos Rurais: Os Casos dos Municípios de Cervantes e Guitiriz na Galícia

Vasco André Barbosa Brandão¹

Inés Santé Riveira²

Rafael Crecente Maseda³

José Ambrósio Ferreira Neto⁴

¹Professor na Escola Universitária e das Artes de Coimbra. Coimbra, Portugal. E-mail: arqvascobarbosa@gmail.com.

²Professora-associada da Universidade de Santiago de Compostela. Lugo, Espanha. E-mail: ines.sante@usc.es.

³Professor-associado da Universidade de Santiago de Compostela. Lugo, Espanha. E-mail: rafael.crecente@usc.es.

⁴Professor-associado II da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, Minas Gerais, Brasil. E-mail: ambrosioufv@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este artigo realiza uma análise social de fatores que influenciam o desenvolvimento e o planejamento de núcleos populacionais rurais, aqui tratados como assentamentos rurais. Nesse sentido, busca determinar quais são e em que medida os objetos identificados exercem influência no espaço rural e no seu âmbito de atuação relacionados como lugares rurais. O objetivo foi identificar a percepção social do espaço rural e do lugar de assentamentos rurais dos municípios de Cervantes e Guitiriz, levando em consideração dois grupos sociais: a própria comunidade rural e um grupo de técnicos em planejamento.

Tendo em vista análises sobre o planejamento das áreas rurais, este estudo incorpora em seu quadro teórico de referência a percepção do espaço social segundo duas comunidades diferentes. Nesse sentido, considera os estudos sobre identidade, cultura, antropologia e memória galega. Também se fundamenta em análises da estrutura urbana e rural da Galícia que apoiam o suporte teórico do estudo desta região no sentido de aferir as homogeneidades e as heterogeneidades socioculturais, o que permite uma adequada compreensão territorial.

DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, nº 3, 2014, pp. 711 a 744.

Para este estudo e como metodologia para obter informações sobre o espaço rural e os assentamentos rurais, realizaram-se, por um lado, uma exploração *in situ* associada a visitas e entrevistas em campo e, por outro, uma exploração interna associada a um questionário ao grupo de técnicos. Salientam-se, como conclusões e de acordo com os resultados obtidos, que ambas as explorações demonstram proximidades quanto às características dos assentamentos rurais e quanto aos seus problemas, bem como consideram que os elementos da paisagem devem ser entendidos como um ativo espacial e social no planejamento destas áreas.

PLANEJAMENTO E ÁREA RURAL

Ao longo do século XX, as zonas rurais, em diversas regiões do mundo e na Europa em especial, passaram por processos que afetaram o seu desenvolvimento, de maneira positiva e negativa. O êxodo rural é um fato (Guirado-González, 2008). Nos últimos vinte anos tem ocorrido uma alteração na distribuição espacial do crescimento populacional, num processo que torna menos evidente a divisão entre áreas urbanas e rurais (Cohen, 2006), ainda que não exista uma relação proporcional na distribuição da população entre territórios rurais e urbanos na Europa e na maior parte do mundo (Mancilla, Viladomiu e Guallarte, 2010).

Uma vez que áreas urbanas e áreas rurais são unidades territoriais que mutuamente se influenciam no desenvolvimento regional (Liu, Zhang e Zhang, 2009), é importante que o planejamento do espaço rural contemple as necessidades da comunidade rural, garantindo sua participação no processo. A comunidade rural é espacialmente representada por assentamentos rurais (AR), que se configuram como assentamentos humanos de pequena escala com predomínio de atividades produtivas associadas ao tipo de uso dos recursos naturais. Tal participação refere-se à incorporação do conhecimento local das comunidades rurais na tomada de decisão em projetos de planejamento, visto que as áreas rurais estão sob alteração sociotemporal em termos de desenvolvimento social, econômico e tecnológico, especialmente nas interações de vários elementos não quantitativos que afetam o desenvolvimento rural (Cánoves, Villarino e Herrera, 2006).

No campo científico, assiste-se ao aumento da influência de perspectivas culturais que utilizam métodos de investigação qualitativos, in-

cluindo entrevistas semiestruturadas (Valencia-Sandoval, Flanders e Kozak, 2010), grupos focais e observação participativa (Woods, 2010), além de análises da condição social por comparação (Sigaud, Rosa e Macedo, 2008). Nesse contexto, existem vários métodos aplicados ao planejamento e gestão dos recursos, como o observado na Tanzânia, em que habitantes representantes de AR participaram na realização de um diagnóstico de participação rural (Chambers, 1994a). Para Chambers (1994b), o potencial deste instrumento está numa participação prática e teórica mais real, o que possibilita a obtenção de resultados mais objetivos e com maior possibilidade de aplicação e aceitação por parte das comunidades. No Canadá foram aplicados questionários aos residentes locais dos AR para identificar as amenidades de migração da região (Chipeniuk, 2008). Os questionários também são usados para obter as percepções locais positivas ou negativas sobre áreas protegidas no espaço rural (Alkan, Korkmaz e Tolunay, 2009) ou, segundo Stephenson (2007), para a definição dos fatores-chave na obtenção de um modelo de valores culturais da paisagem.

Existem estudos que utilizam diagramas de Venn como método participativo (Mayoux e Chambers, 2005) para ilustrar e descrever organizações das comunidades rurais (Zanetell e Knuth, 2002), identificar a percepção dos diferentes indivíduos numa zona rural (Roa, Alvarez e Vélez, 2007) e identificar a prioridade dos problemas no desenvolvimento rural (Maya, Pérez e Quijano, 2001), assim como para analisar as diferenças entre instituições como grupos sociais (Bah *et al.*, 2003; Robinson, 2002), ou seja, para estabelecer relações entre várias partes (Chambers, 2007). Outros estudos referem-se ao uso de um sistema de informação geográfico como método participativo para determinar grupos de objetos espaciais – como vias ou edifícios (Roche e Humeau, 1999), assim como para incorporar e mapear dados qualitativos no planejamento como forma de resolver necessidades e problemas dos habitantes (Ceccato e Snickars, 2000), ainda que, atualmente, segundo Dennis (2006), é pouco frequente a incorporação desse tipo de informação nas ações de planejamento. Mapas mentais também constituem um instrumento de análise social do espaço, quer por exibirem o reconhecimento de características do lugar e de como o mesmo está organizado (Pocock, 1976), quer pela identificação da preferência de áreas residenciais ou de usos comuns (Thill e Sui, 1993), e que, para Rambaldi *et al.* (2006), servem para representar a identidade de uma comunidade.

No contexto europeu há estudos que realizaram questionários para a definição do rural sob uma perspectiva de representação social (Halfacree, 1995) e para a identificação da percepção da área residencial delimitada e sua definição (Pacione, 1983). Também há outros em que foram utilizados mapas mentais para obter os valores sociais e as características de uma área identificados pelos habitantes, visando a possibilidade de serem empregados num processo de tomada de decisão (Tyrväinen, Mäkinen e Schipperijn, 2007). Do mesmo modo, *workshops* e grupos focais foram realizados para elaborar cenários futuros com o objetivo de determinar as alterações no espaço rural da Escócia (Midgley *et al.*, 2005).

Especificamente no contexto da Espanha e da Comunidade Autônoma da Galícia, há algumas investigações que têm como referência teórica estudos que abordam a temática do território, suas alterações e identidade sociocultural enquanto sociedade. Frades e González (2009) analisam os processos de alteração e de desenvolvimento dos territórios rurais europeus; Fernández de Rota (1991) analisa determinados dados sob o tema central da identidade de um povo e, em outro trabalho, reflete sobre a investigação antropológica realizada na Galícia (*idem*, 1992). A construção de identidades coletivas para Pereiro (2004) está imersa num processo histórico de reconstrução do passado no sentido de manter e criar a própria identidade. No seguimento da identidade do povo, Torres Luna e Lois González (1992) estudam os regimes de herança e direito de propriedade da terra em casos de províncias do interior. Na região da Galícia, e em relação à evolução territorial entre o urbano e o rural, assiste-se a uma urbanização social geral no espaço (Ferrás Sexto e Lois González, 1993). Sobre a evolução territorial dessa região, Logroño e Lois González (1997) procuraram estabelecer uma relação entre os fenômenos de reorganização espacial e o desenvolvimento das várias fases de industrialização.

Como se pode observar, os estudos apresentados focam-se num grupo social e em análises que pretendem revelar alterações e identidades territoriais. Já o presente artigo apresenta uma abordagem que combina dois grupos sociais e explora dois diferentes tipos de conhecimento na percepção sobre os AR e sua delimitação.

No discurso da sociologia rural, a ruralidade tem estado frequentemente associada às inter-relações entre a baixa densidade demográfica, o predomínio da agricultura na estrutura produtiva e as caracterís-

ticas culturais (Insua e Correa, 2007) associadas ao lugar, localidade ou região como categorias espaciais (Bærenholdt e Aarsæther, 2002). De acordo com a metodologia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Espanha é classificada por três tipos de ruralidade: litoral ou periurbana, áreas rurais do interior competitivas e áreas rurais do interior não competitivas, tendo mais de 47% do seu território considerado como predominantemente rural (Bertolini, Montanari e Peragine, 2008). A Galícia é uma comunidade autônoma onde coexistem áreas de costa, montanha e terras planas (Coimbra, 2011), sendo caracterizada pela presença de AR dispersos e com baixa densidade populacional (García-Lamparte, Santé e Crecente, 2010). Identifica-se uma dispersão territorial, ainda que com tendência a se densificar em alguns territórios (Santos Solla, 2012). Dado este enquadramento geográfico e a diversidade morfológica dos AR na Galícia como uma característica de paisagem cultural (Mata-Olmo e Fernández-Muñoz, 2010), delimitar a sua área é uma tarefa complexa. As sucessivas alterações dos critérios de delimitação de AR nas leis do solo da Galícia colaboram para essa dificuldade (Barbosa, Santé e Crecente, 2011).

Uma vez que estes critérios se aplicam de igual modo a AR distintos, não são levadas em conta as características espaciais, formas de usos da terra, assim como os significados, a cultura e a história dos lugares (Tuan, 1991). Ora, as necessidades dos habitantes não são atendidas na tomada de decisão sobre a delimitação dessas áreas, o que resulta num problema no planeamento rural.

ESPAÇO SOCIAL E SUAS PERCEPÇÕES

O termo comunidade, segundo Liepins (2000), tem sido frequentemente usado como significado de espaço social, o qual reconhece formas espaciais por relações sociais (Ferreira, 2007), assim como os significados e o valor de um lugar, os quais são construídos ao longo do tempo (Barros, 2000; Williams *et al.*, 1992). Dado que o espaço implica um processo de significados (Merrifield, 1993), no sentido de que um espaço social seja a construção de um produto social (Lefebvre, 1984), a percepção que a comunidade rural tem dos lugares pode estar dissociada da percepção que o grupo de técnicos, responsável pela elaboração de planeamentos, tem dos mesmos, os quais são concebidos como áreas limitadas (Nogué, 1989). Manzo e Perkins (2006) consideram importante a integração de várias perspectivas de análise no entendimento

dos valores da comunidade e como os significados do lugar podem ser mencionados e fortalecidos na elaboração do planejamento. Sendo assim, como a comunidade rural pode contribuir como ator participativo no decorrer do processo de planejamento rural?

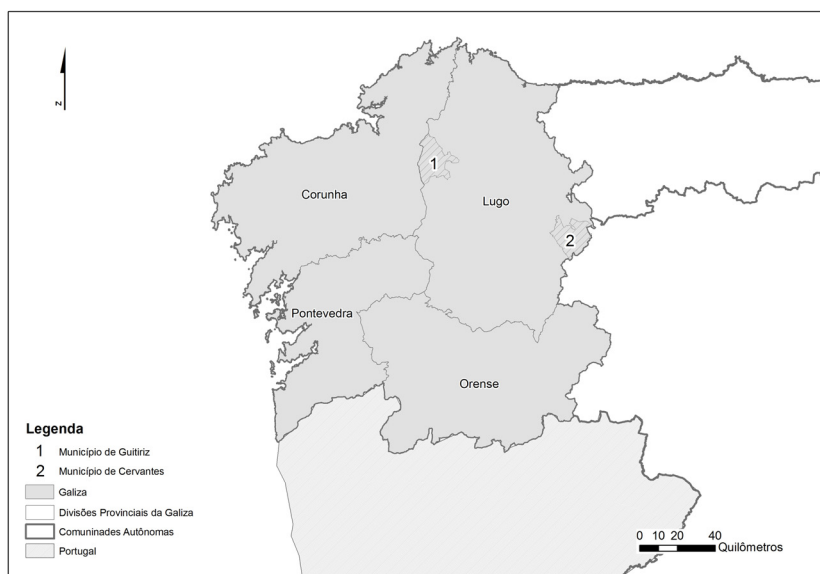
Perante a relevância da identidade territorial (Sabatini, Arenas e Núñez, 2011) e seu significado para os habitantes dos AR, torna-se importante que a delimitação do espaço responda às necessidades identificadas pelas comunidades, de forma que o planejamento seja integrador de relações socioespaciais do lugar. Salienta-se o quão relevante é a participação social dos atores nos processos de planejamento de políticas públicas e dos AR (Delgado e Leite, 2011).

Silva e Figueiredo (2013) referem-se à existência do valor simbólico como um fator a ser considerado no processo de reestruturação rural, dado que um dos maiores fatores condicionantes sobre os territórios rurais na Europa são as representações externas e suas consequências na ruralidade, o que torna relevante o estudo da percepção social de duas comunidades distintas.

Assim, uma questão complementar à comunidade rural e ao grupo de técnicos deve ser qual é a percepção social que cada um tem dos AR, no sentido de explorar sua percepção social sobre o espaço rural e a delimitação de AR. A presente investigação realiza-se na Comunidade Autónoma da Galícia, situada no noroeste da Espanha, nos municípios de Cervantes e Guitiriz (Figura 1), onde foram entrevistados a comunidade rural e um grupo de técnicos de planejamento.

A Espanha possui uma estrutura administrativa formada por 17 comunidades autônomas criadas na década de 1980 (Pereiro e Vilar, 2008), sendo a Galícia uma delas. Todas têm representação política através de um governo autônomo. Galícia é formada por quatro províncias, nomeadamente Lugo, Ourense, Corunha e Pontevedra, sendo que as duas últimas se inserem no Eixo Atlântico com limite territorial para Portugal. Segundo o Instituto Galego de Estatística (IGE), a Galícia tem 2.781.498 habitantes, que se distribuem pelas províncias de Lugo, com 348.902; Ourense, com 330.257; Pontevedra, com 958.428; e Corunha, com 1.143.911 habitantes (IGE, 2012). Galícia tem uma cultura e identidade que não é uma realidade estática, mas sim formada por processos de negociação social (Campos, 2004).

Figura 1
Localização dos Municípios de Guitiriz e Cervantes na
Comunidade Autónoma da Galícia



Fonte: Elaboração dos autores.

Os municípios de estudo são diferentes entre si. Cervantes, município de características rurais afastado de grandes centros urbanos, encontra-se numa zona de montanha onde prevalecem alguns assentamentos rurais com construções seculares denominadas palhoças, revelando uma preservação do seu património edificado. Trata-se de um município com fortes raízes rurais, as quais ainda são mantidas por sua população. Guitiriz é um município de características mais urbanas, localizado na zona de *Terra Chá*, compreendida pelo centro urbano de Guitiriz e pela estrutura viária autoestrada que cruza o município, permitindo sua acessibilidade a outros centros.

Tendo em vista a paisagem, Campos (2006) apresenta a interessante questão sobre as casas rurais tornarem-se modelos para a conservação das paisagens rurais galegas. Com relação à identidade do espaço rural galego, ainda que por vezes a distância entre aldeias seja curta, os habitantes têm percepções diferentes – como é o caso de duas aldeias de Ancares estudadas por Reboredo (1990) – por conta dos sucessivos acontecimentos históricos em conjunto com as alterações de referências geográficas e crenças, que fazem com que as populações locais

construam sua identidade enquanto grupo ou comunidade. Atualmente, a crise que existe no meio rural produz transformações relevantes na lógica espacial e, conseqüentemente, transformações socioeconômicas, tal como acontecem nas duas áreas de estudo (Valcárcel Riveiro e Santos Solá, 1997).

A Galícia enquanto território urbano apresenta, no entanto, diferenças consideráveis nas suas quatro províncias, sendo a localização e a morfologia fatores-chave na análise do seu território (Cortizas e Alberti, 1999). A sua arquitetura é condicionada pelo lugar que ocupa num determinando contexto espacial (Fernández de Rota, 1990). As cidades de maiores dimensões localizam-se na zona litoral da Comunidade Autónoma, o que permite identificar uma dicotomia entre a zona litoral e a zona interior da Galícia. Esta diferença sobre a localização das estruturas urbanas reflete-se no espaço rural onde se identificam vários tipos de espaços rurais formados por diferenças de topografia, de proximidade a centros urbanos e a infraestruturas de acessibilidade, assim como por diferenças socioculturais. No espaço rural da Galícia, o *pueblo* ou *aldea* constitui um centro gerador de identidade em resposta a uma necessidade sociocultural (Reboredo, 1990), ainda que, segundo Lois González e Torres Luna (1995), a urbanização suponha a polarização do crescimento de espaços da Galícia ocidental e costeira em função de alguns enclaves do seu interior regional.

Temos como objetivo identificar a percepção social do espaço rural e do lugar de AR a partir da comunidade rural e de um grupo de técnicos em planeamento. Posteriormente, analisaremos a valoração social de seus elementos característicos de forma a determinar a sua evolução e tendência das valorações para organizar e delimitar os AR da Galícia.

A EXPLORAÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS

Para obter informação sobre o espaço rural e os AR, dividiu-se a investigação em exploração *in situ* e exploração interna, em função de existirem dois grupos sociais distintos. Dessa forma, procurou-se obter os significados que os grupos atribuem ao lugar (Gieryn, 2000), além de, com esse procedimento, realizar uma abordagem mais comparativa e integradora (Marsden, 1999). Metodologicamente, este artigo se caracteriza por sua opção de pesquisa qualitativa em função de melhor se adequar aos objetivos propostos, profundamente sustentados pelo referencial teórico escolhido, mas também com forte vinculação à reali-

dade empírica que subsidia o alcance do objetivo principal do trabalho, que é identificar as percepções sociais envolvidas na definição dos AR. Nesse sentido, a pesquisa empírica realizada não teve a intenção da quantificação de quaisquer dados, mas, pela análise dos depoimentos que se referem à realidade que cada um dos dois grupos participantes vivencia em seu dia a dia, explorar o conjunto de opiniões e representações que cada um possui sobre o tema abordado. Também não se pretendeu fazer qualquer tipo de generalização com base nas informações recolhidas com os sujeitos da pesquisa como algum tipo de amostragem significativa ou representativa de determinada população.

Assim, para a exploração situada, realizaram-se visitas de campo a diversos AR dos municípios de Cervantes e de Guitiriz, ambos da Comunidade Autónoma da Galícia (Quadro 1) e elaboraram-se entrevistas acompanhadas de registros fotográficos e vídeos. O perfil dos entrevistados quanto às suas atividades profissionais é descrito como: funcionário público, ex-político, padre, proprietário de comércio, empregado de comércio e agricultor.

Quadro 1

Identificação e Localização dos AR para Coleta de Dados para Exploração *in situ*

Município	Paróquia do AR	Nome do AR	Categoria de Análise do AR
Cervantes	San Román de Cervantes	San Román	Capital administrativa
	San Fiz de Donís	Piornedo	Maior representatividade histórica
		Moreira	Maioria de moradias tradicionais
	Santiago de Cereixedo	Cabañas Antiguas	Polo de trabalho
		Campo da Braña	Maioria de moradias novas
Guitiriz	San Mamede de Pedrafita	Os Corredoiros	Maior representatividade histórica
	San Pedro de Pígara	Vimieiro	Maioria de moradias tradicionais
	San Mariña de Lagostelle	Lentemil	Maioria de moradias novas
	Santa Eulalia de Mariz	Viladonega	Polo de trabalho

Fonte: Elaboração dos autores, a partir da descrição dos municípios analisados.

Uma vez que se pretende conhecer como os AR têm evoluído e quais são os elementos espaciais utilizados por seus habitantes para delimi-

tá-los, aplicou-se a entrevista aberta (Bourgoin *et al.*, 2011), com perguntas orientadas focando a temática do desenvolvimento rural (Quadro 2). Importa esclarecer que as questões estiveram associadas aos fatores de espaço e tempo como diferença individual e social (Harvey, 1990), no sentido de que as respostas permitiram identificar a identidade do lugar pela sua singularidade (Twigger-Ross e Uzzell, 1996) com base nas características espaciais para, posteriormente, contextualizar a avaliação.

Quadro 2
Sequência das Perguntas nas Visitas de Campo para a Entrevista Aberta

Nº da Pergunta	Questões	Espaço/ Tempo	Propósito da Resposta	Avaliação das Respostas	
				Espaço Rural e Delimitar AR	Evolução do AR
01	Como era o AR antigamente e o que o caracterizava?	Passado	Descrição	Identificar características	Positiva/negativa
02	Como é o AR atualmente e o que o caracteriza?	Presente	Descrição	Identificar características	Positiva/negativa
03	O que é necessário melhorar no AR?	Presente (futuro)	Identificação	Identificar necessidades	Positiva/negativa
04	Qual é o futuro do AR?	Futuro	Exposição	Identificar cenários	Positiva/negativa

Fonte: Elaboração dos autores, a partir da análise da entrevista aberta com a comunidade rural.

Com base no conjunto das questões, elaborou-se uma tabela de opinião com a coleta da informação dos entrevistados, e dividiram-se os temas entre espaço rural e delimitação do AR, ambos avaliados quanto a aspectos positivos, negativos e soluções. Em seguida realizou-se uma avaliação qualitativa sobre a evolução do AR. O espaço rural e a delimitação do AR referem-se à imagem ideal e aos elementos comentados pelos habitantes (Champion, 2001), sendo avaliados segundo a identificação das características, necessidades e exposição de cenários do próprio AR. A evolução do AR diz respeito à forma como os habitantes interpretam o seu desenvolvimento espacial, ou seja, qual é a percepção dos habitantes sobre os AR e sua evolução – positiva ou negativa – até o presente, como valoração qualitativa. Em seguida, usou-se um mapa (Herlihy e Knapp, 2003; Ngh, Preston e Asman, 2010) no qual se identificaram espaços representativos do AR segundo as descrições dos habitantes, obtendo uma delimitação do mesmo.

Para a exploração interna, elaborou-se um questionário (Van Dam, Heins e Elbersen, 2002) para um grupo de 15 técnicos em planejamento territorial pertencentes aos grupos de investigação, com a seguinte ordem de questões: o que define um AR, o seu estado atual, o planejamento físico do AR e, por último, o planejamento do AR segundo o seu imaginário (Quadro 3). As questões estavam associadas aos fatores de espaço e tempo para, em conjunto com os dados obtidos, possibilitarem a elaboração de uma avaliação num contexto cronológico.

Quadro 3
Sequência das Perguntas no Questionário

Nº da Pergunta	Questões	Espaço/Tempo	Propósito da Resposta	Avaliação das Respostas
				Fatores ou Características do AR
01	Identifique os elementos que caracterizam os AR atualmente	Passado/ presente	Identificação do AR	Positivo/negativo
02	Mencione as principais questões/ problemas que afetam/intervêm nos AR	Presente/ futuro	Relevância no AR	Problema/ dificuldade
03	Como considera que devem estar organizados os planos de AR no futuro?	Futuro	Planejamento do AR	Expectativa de organização
04	Elabore um desenho imaginário de um plano de AR	Futuro	Identificação gráfica	Elementos espaciais representativos

Fonte: Elaboração dos autores, a partir da análise do questionário para o grupo de técnicos.

Por meio da informação obtida do conjunto de questões, elaborou-se uma avaliação qualitativa aplicando-se mapas mentais e diagramas de Venn (Cavestro, 2003), determinando a existência de fatores e características associadas ao AR. Na primeira questão, avalia-se como positivo ou negativo o conjunto de elementos – características sobre o espaço e os habitantes que se vinculem ao seu planejamento – que constituem atualmente os AR. A segunda avalia, em termos de problema ou dificuldade, questões associadas ao espaço rural e AR com vínculo ao seu planejamento. A terceira, quais as expectativas de organização e como o AR deve responder ao planejamento. A quarta examina os elementos

espaciais identificados e como eles são representativos, isto é, quais são as referências que o imaginário usa e como as codifica no desenho de um plano de AR, através da sua organização e distribuição espacial. Em relação às três primeiras questões do questionário foram utilizados diagramas de Venn (Mascarenhas, 1991; Sedogo e Groten, 2002), dado que estes exemplificam a representação social (Mosse, 1994) de organizações, influências e importâncias de diferentes indivíduos por comparação (Sarmiento, Ferreira e Hurtado, 2009). Para a quarta questão usou-se o mapa mental (Abedi e Khodamoradi, 2011) para expor quais são os elementos espaciais identificados, como estão organizados e distribuídos, ou seja, qual é a concepção do lugar (Healey, 2006; McCall, 2003) de um AR típico.

PERCEPÇÕES DOS GRUPOS: ANÁLISE SOCIAL

Os resultados da exploração *in situ* e das respostas das visitas de campo encontram-se na tabela de opinião (Quadro 4) e no mapa mental (Figura 2). Em seguida, há um gráfico correspondente à avaliação do AR sobre a sua tendência de evolução.

A tabela de opinião em relação ao espaço rural apresenta como mais relevantes, entre os aspectos positivos, a importância do turismo para a região, a possibilidade de contato com a natureza sem sentir a pressão de um rural urbanizado como “massa” e a paisagem como um elemento a proteger e conservar. Entre os aspectos negativos estão a falta de pessoas, sobretudo jovens, a falta de serviços e a desarticulação das ações de planejamento em relação à opinião e aos interesses das comunidades locais. Como soluções, há a proposta de criação de áreas de proteção da paisagem para valorização ou de um parque natural de forma a criar empregos locais, assim como envolvimento das comunidades em programas de desenvolvimento rural. Em relação a delimitar o AR, os resultados mais relevantes são: como aspectos positivos, os AR devem ter as casas agrupadas, uma área central e deve existir uma diferença quanto às funções dos edifícios; como aspectos negativos estão a construção de edifícios em terrenos bons para cultivo, a falta de planejamento e a falta de proteção de edifícios tradicionais ou históricos como conjuntos a valorizar; como soluções, propõe-se que o crescimento da área edificada não deve ser em terrenos com declive e que haja articulação entre o legal e os interesses locais, além de se reconhecer zonas por funções de edifícios.

Quadro 4
Tabela de Opinião dos Entrevistados como Exploração *in situ*

Percepções	Aspectos Positivos	Aspectos Negativos	Soluções
Espaço rural	<ul style="list-style-type: none">- O turismo movimentou a região. O maior movimento é das pessoas que vão ao posto de saúde.- Os dias mais importantes da semana são a segunda e a sexta-feira por conta dos serviços.	<ul style="list-style-type: none">- Território disperso e não concentrado.	<ul style="list-style-type: none">- A comunidade como o protagonista. Estratégias do desenvolvimento local a partir do local e com a população local.- Construir um parque natural ou de proteção da paisagem para empregar os jovens. As pessoas preferem estar afastadas umas das outras.
	<ul style="list-style-type: none">- As pessoas regressam às casas de família para passarem o fim de semana.	<ul style="list-style-type: none">- Antes estava cheio de gente, agora está vazio. Muitos foram para Barcelona e outras cidades à procura de oportunidades. Antes voltavam no verão; agora, nem isso.	<ul style="list-style-type: none">- Programas concebidos com o envolvimento da comunidade. Aplicação de recursos na própria região e com pessoas da região. Planeamento com foco nas necessidades e desejos locais.
	<ul style="list-style-type: none">- A cultura, o modo de vida e o seu baixo custo. A natureza.	<ul style="list-style-type: none">- Faltam serviços, e os que existem são insuficientes.	<ul style="list-style-type: none">- Importância do turismo e de algum tipo de parque natural como instrumento para gerar emprego.
	<ul style="list-style-type: none">- A proximidade do contato com a natureza e turismo contrário ao de "massa" e à urbanização.	<ul style="list-style-type: none">- Falta de infraestrutura (água, energia, telefone, TV) e de acesso a serviços (bancos, correios, comércio).	<ul style="list-style-type: none">- O planeamento rural ou urbano não pode ser feito por uma pessoa que não conhece o local. É necessário ouvir a comunidade.
	<ul style="list-style-type: none">- Acesso à tecnologia para o trabalho rural. Os caminhos são melhores.- A vida na comunidade é saudável pela vizinhança (modo de vida).	<ul style="list-style-type: none">- As ações de desenvolvimento não levam em consideração as pessoas do local, ou seja, o planeamento que se faz é como uma força exógena.- Tudo piorou nos últimos 15/20 anos.	<ul style="list-style-type: none">- Criação de emprego no local.- Discriminação positiva, tratar diferenciadamente as ações voltadas para o meio rural.

(continua)

Quadro 4
Tabela de Opinião dos Entrevistados como Exploração *in situ* (continuação)

Percepções	Aspectos Positivos	Aspectos Negativos	Soluções
Espaço rural	<ul style="list-style-type: none">- A infraestrutura melhorou nas últimas décadas.- Nos últimos 20 anos, passou-se de se fazer tudo à mão para se fazer tudo com máquinas – houve uma grande evolução.- Os turistas vêm pela natureza e pela qualidade de vida.	<ul style="list-style-type: none">- O transporte público é escasso. Escolas e serviços de saúde cada vez mais distantes.- Falta apoio dos governos e de políticas que sirvam aos interesses locais.- As escolas têm poucos alunos. As pessoas não aproveitam a infraestrutura existente (escola).- A maioria da população é de reformados.- Falta promoção de economia local, e em nível cultural, não se educa para isso.- A comunidade não teve acesso aos recursos para manutenção das palhoças (Programa LIDER). Apenas um assentamento teve.- Dificuldade para comercialização da produção local.- Não existe uma oficina de turismo para apoio aos turistas. As que existem estão nas cidades.	<ul style="list-style-type: none">- Valorização do turismo, com a consequente criação de empregos no setor para as pessoas do local.- A solução para a região é construir um muro como o de Berlim.- As soluções dos problemas da comunidade passam por transformações em instituições e infraestrutura mais distantes.- Devia-se educar o espaço rural como um bem cultural e patrimonial. Um espaço com futuro.

(continua)

Quadro 4
Tabela de Opinião dos Entrevistados como Exploração *in situ* (continuação)

Percepções	Aspectos Positivos	Aspectos Negativos	Soluções
Delimitar AR	<ul style="list-style-type: none">- O assentamento deve ter casas agrupadas e uma área de centro de assentamento.- Existem assentamentos que se dividem na parte de cima e na de baixo. Alguns têm uma área central.- Os cafés, edifícios coletivos ou praças são importantes para o assentamento, porque é onde se juntam os vizinhos.- Os assentamentos têm uma história.- Possuem uma área central com casas e no entorno, existem outros tipos de edifícios como naves.- A riqueza etnográfica deve ser preservada e protegida.- Os turistas pretendem ver as casas antigas por serem de pedra e as palhoças.- As casas em pedra têm um valor tradicional.- A infraestrutura como água, luz e telefone melhorou nos assentamentos.	<ul style="list-style-type: none">- Os assentamentos não têm casas para alugar ao turismo.- Não existe um plano de urbanismo como, por exemplo, um plano geral de ordenamento municipal.- Constrói-se muito em terrenos bons para cultivo.- Quando se pretende construir existem demasiadas proibições com relação a distâncias.- Os assentamentos têm muitas casas abandonadas.- Existe pouco financiamento para conservar os edifícios históricos e por isso não se protege o seu valor.	<ul style="list-style-type: none">- O crescimento dos assentamentos será na direção que não afete os interesses e o bem-estar das pessoas.- O crescimento tem que articular a questão legal com os interesses da comunidade, assim como as áreas novas do assentamento.- O crescimento físico do assentamento, em termos de edifícios, deve ser para onde menos prejudique as pessoas.- Constrói-se sem respeitar as tradições dos edifícios.- É preciso derrubar tudo e reconstruir novamente.- Os edifícios novos são construídos ao lado das vias.- Deve existir uma distribuição de usos por zonas e não se deve construir em declives.- Os edifícios novos devem se integrar com a paisagem e com o que existe no assentamento.

Fonte: Elaboração dos autores, com base na exploração *in situ*.

Sobre o espaço rural, os entrevistados indicam a paisagem como um elemento-chave no desenvolvimento de atividades socioeconômicas, dada a importância que o turismo de natureza pode assumir, desde que preservando o modo de vida dos habitantes, porque consideram a vida na comunidade como saudável. A perda de população associada à escassez cada vez maior de transporte público para acesso a serviços localizados sobretudo em áreas urbanas provoca um sentimento de isolamento nos entrevistados e a sensação de que os AR são lugares atualmente com pouca importância na sociedade atual, o que foi considerado como negativo. Apontam soluções quanto ao futuro da comunidade rural pela necessidade de considerar os espaços rurais como áreas protegidas e/ou parques naturais, o que poderá criar empregos associados ao turismo, uma vez que a comunidade rural conhece as suas necessidades e por isso também apela para um maior protagonismo nas ações de planejamento realizadas para o espaço rural.

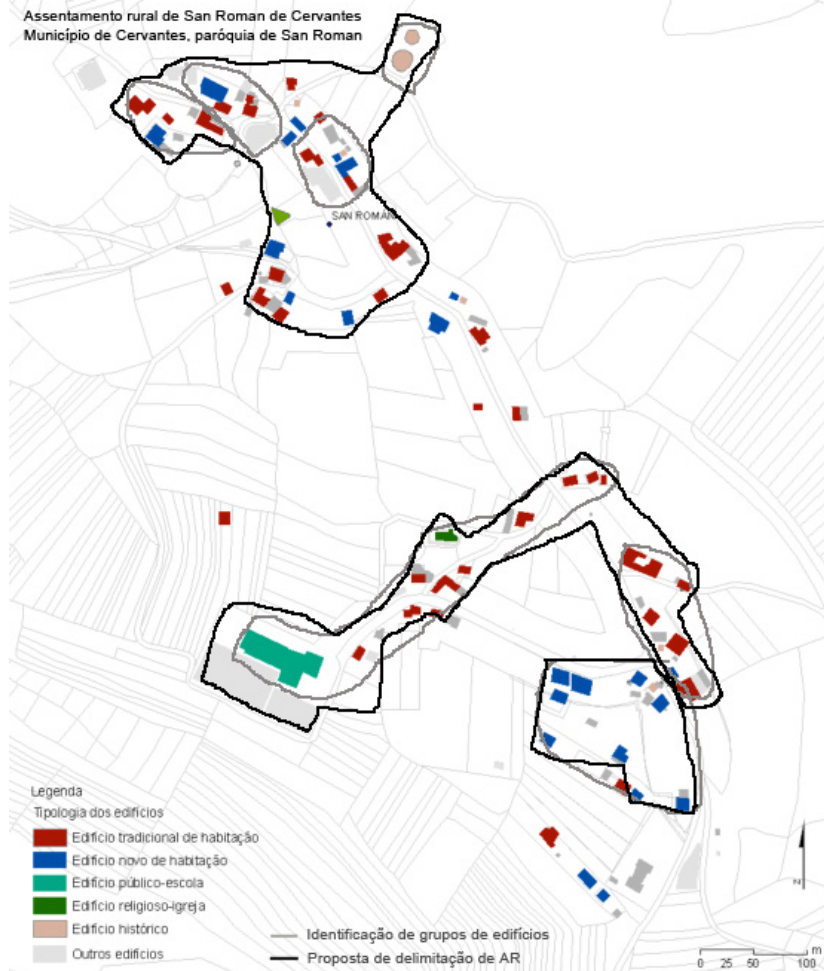
Sobre delimitar o AR, os entrevistados classificam positivamente o fato de os assentamentos serem lugares com história e que, portanto, as casas antigas e construções etnográficas – como são as palhoças – devem ser conservadas e protegidas, até porque são fatores de atração para quem visita. Identificam os AR pela proximidade das casas e por um lugar central utilizado como local de reunião e de atividades. De forma negativa avaliam que se constrói em terrenos bons para cultivo e longe das vias. Quando existem áreas protegidas e se pretende construir, o planejamento é dificultado por conta de restrições de distâncias que, não atendendo às necessidades dos habitantes, o tornam ineficiente. As soluções apresentadas identificam a diferença entre áreas novas e áreas antigas do AR como uma referência ao valor tradicional que é importante preservar, além de que os novos edifícios devem ser adjacentes ou próximos das vias de acesso. Isto facilita a integração no espaço do AR e a organização de diferentes zonas. O planejamento deve ser mais participativo no sentido de maior envolvimento da comunidade para expressar as suas necessidades.

O mapa mental (Figura 2), enquanto exercício apelativo a uma memória social responsável pela estruturação dos sistemas socioespaciais (Domingues, 1999), mostra uma proposta de delimitação do AR dividida em duas áreas, isto é, norte e sul. Os habitantes os classificam como “o lado de cima” e “o lado de baixo” e identificam, numa primeira fase, edifícios representativos de poderes políticos ou públicos, assim como de funções, tais como: o edifício do conselho, o da associação de desenvolvimento local, a escola e a igreja. Numa segunda fase, en-

Figura 2

Delimitações dos Habitantes Entrevistados no AR de San Roman de Cervantes

Assentamento rural de San Roman de Cervantes
Município de Cervantes, paróquia de San Roman



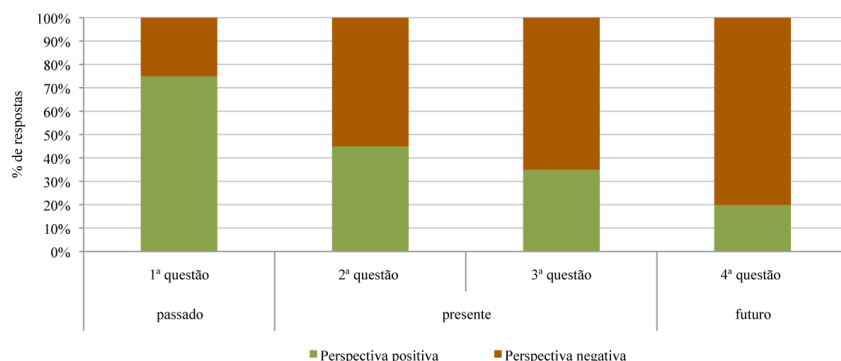
Fonte: Elaboração dos autores, com base nas respostas das entrevistas.

contram-se os edifícios com atividade econômica, como são o banco e o hotel/café, seguindo-se dos edifícios com caráter e valor histórico, como são as palhoças. Existem diferenças no uso destes edifícios, além de representarem diferentes padrões sociais de apropriação do espaço. Esta sequência é acompanhada de registros gráficos, na tentativa de agrupar estes edifícios em conjunto de polígonos. Numa fase seguinte, classificam as vivendas novas ao sul do AR como vivendas diferentes das antigas associadas ao termo “tradicional” e assinalam como um conjunto edificado. Com base nestas diferenças, distinguem os polígo-

nos entre tradicional ou novo e posteriormente desenham a delimitação do AR por identificação de zonas, atribuindo nome de área tradicional ou área nova.

Em relação à tendência de evolução dos AR (Gráfico 1), observa-se que, na primeira questão, os entrevistados descrevem como era e o que caracterizava o AR de forma geral com uma perspectiva positiva, quando identificam suas características no passado. Descrevem os AR como lugares essencialmente de atividade agrícola e com uma população equilibrada em termos de faixas etárias. Naquela época havia jovens e trabalho para muita gente. Na segunda questão, sobre a descrição do estado atual e o que caracteriza o AR, 45% das respostas apresentam uma perspectiva positiva. De 20 anos atrás até o presente, ainda que haja melhor infraestrutura e melhores vias de comunicação, afirmam, quando se referem à escassez de transporte público e à concentração de serviços em áreas urbanas, que isso tem piorado. Quando se questiona sobre o que é necessário melhorar no AR, apenas 35% das respostas revelam uma perspectiva positiva, ou seja, a maioria identifica as necessidades de melhorar desde uma perspectiva negativa. Para os habitantes, os AR necessitam de incentivos econômicos para preservação do patrimônio edificado e, assim, valorizar o seu valor histórico. Na última questão, destinada à exposição de cenários futuros para o desenvolvimento do AR, 80% das respostas indicam uma perspectiva negativa quanto ao futuro dos AR. Indicam que não há futuro, pois não há gente, nem trabalho, e comentam que existem casas vazias transformando-se em ruína, o que significa o abandono do es-

Gráfico 1
Tendência de Evolução dos AR



Fonte: Elaboração dos autores, com base nas respostas das entrevistas.

paço rural. Constatam a dificuldade em comercializar produtos locais e a falta de promoção de economia local, afirmando que assim não existe possibilidade futura para gente nova viver em áreas rurais. O resultado das quatro questões no seu conjunto mostra, numa análise espaço-temporal, uma tendência negativa por parte dos entrevistados sobre como os AR têm evoluído em termos de desenvolvimento espacial, bem como no que diz respeito às necessidades de melhora e às expectativas quanto ao futuro dos AR.

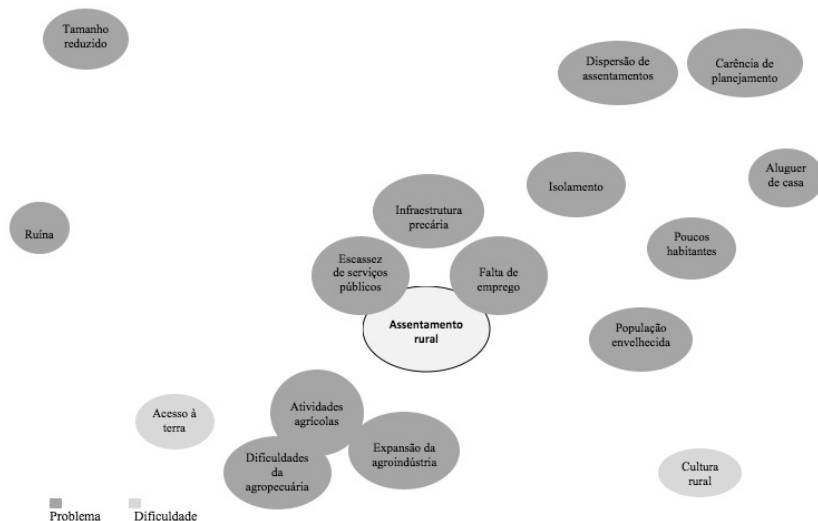
Os resultados da exploração interna e das respostas do questionário correspondentes às três primeiras questões são apresentados nos diagramas de Venn (Figura 3). Sobre a primeira questão (elementos que caracterizam os AR atualmente), o diagrama de Venn apresenta como positivos a valorização da paisagem e cultivos para autoconsumo; e como negativos o predomínio da agricultura, poucas residências e uma população envelhecida. As construções antigas, edificação e paisagem desordenada são considerados como negativos mas com menor relevância. Os elementos positivos identificados estão relacionados ao cultivo de autoconsumo, bem como à paisagem, que devem ser valorizados por representarem a identidade rural. Os principais elementos identificados como negativos, ao associarem o predomínio da agricultura a uma população envelhecida, indicam a dificuldade do desenvolvimento rural.

Figura 3
Elementos que Caracterizam os AR Atualmente



Fonte: Elaboração dos autores, com base na exploração interna/questionário aos técnicos.

Figura 4
Principais Questões/Problemas que Afetam/Intervêm nos AR

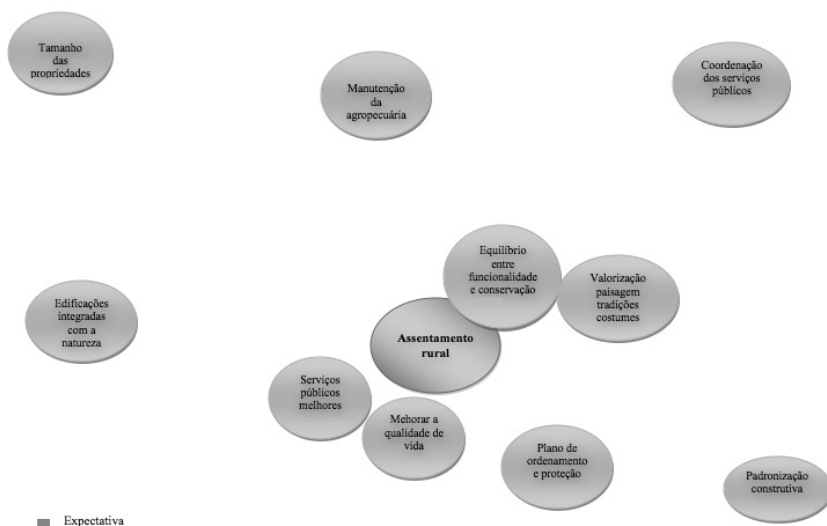


Fonte: Elaboração dos autores, com base na exploração interna/questionário aos técnicos.

Sobre os principais problemas que afetam os AR (segunda questão), identificam-se, através do diagrama de Venn (Figura 4), como dificuldades, o acesso à terra e à cultura rural; e como problemas, a escassez de serviços, uma infraestrutura precária e a falta de emprego. Também como problemas que afetam o AR, mas com menor relevância, identificam-se o isolamento, atividades agrícolas e a expansão da agroindústria. Os principais problemas mencionados dizem respeito sobretudo a questões relacionadas com a atividade econômica de base e serviços afetando os AR por falta de multifuncionalidade, não existindo referências a aspectos de organização espacial.

Em relação a como devem estar organizados os planos dos AR (terceira questão), o diagrama de Venn (Figura 5) identifica como principais expectativas o equilíbrio entre funcionalidade e conservação da estrutura morfológica do AR, assim como a valorização da paisagem e de tradições culturais, além de melhores serviços públicos. Com menor importância quanto à expectativa, identifica-se que os planos de ordenamento devem associar medidas de proteção e que as edificações devem se integrar com a natureza. A uniformidade através de um padrão de construção e a alteração do reduzido tamanho das parcelas são avaliadas com mínima expectativa quanto à possibilidade de se realizar.

Figura 5
Tipos de Organizações de Planos de AR



Fonte: Elaboração dos autores, com base na exploração interna/questionário.

Identifica-se com maior expectativa o valor tradicional e paisagístico, associado à sua funcionalidade e conservação, como elemento organizador no planejamento do AR.

Da quarta questão resulta o desenho de um plano de AR no qual se apresentam elementos espaciais que os participantes consideram como importantes e representativos para um AR. A composição gráfica é o resultado de como interpretam esses elementos. Identificam-se uma estrutura de vias orgânicas e uma praça ao sul com edifícios no seu entorno. Ao leste, o desenho da via acompanha um conjunto de casas com áreas de cultivo de autoconsumo, distribuídas em partes com formas irregulares. Ao norte, as casas têm edifícios de maior dimensão para apoio às atividades agropecuárias. No lado oeste, há uma igreja e uma área recreativa. É sobretudo uma organização não ortogonal, em que a área edificada não é contígua, incluindo uma praça, uma igreja e uma área recreativa como espaços de atividades sociais coletivas.

DISCUSSÃO DO DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Com relação aos resultados expostos na exploração *in situ* – especificamente quanto à paisagem, ao contato com a natureza e a um maior en-

volvimento da comunidade rural no planejamento rural como uma solução –, pode-se dizer que exprimem a distância entre a comunidade e os técnicos de planejamento na hora de elaborar projetos e planos de ordenamento territorial. Esta distância pode explicar a pouca receptividade por parte das comunidades locais quando lhes são apresentados planos gerais de ordenamento municipal, justamente porque o produto final apresentado não teve ação participativa da população em seu desenvolvimento, nem a possibilidade de alguma tomada de decisão. As respostas às duas últimas perguntas e a sua tendência negativa explicam em parte esta distância quanto à partilha e participação do conhecimento local nos planos de planejamento referenciados anteriormente.

Sobre delimitar o AR, os habitantes apresentam a defesa da preservação dos edifícios tradicionais históricos, o estabelecimento de diferenças de funções por edifício, além de que o AR deve ter os edifícios agrupados. Estas características identificadas representam em parte as referências espaciais e os limites físicos do AR para os habitantes, que, segundo o mapa mental obtido, são conjuntos de edifícios agrupados entre si associados a zonas ou áreas segundo a função desses grupos de edifícios. Quando fazem referência à ineficiência do planejamento, estabelecem uma relação entre a intenção de construir algum tipo de edifício novo com a área de influência ou de proteção de um edifício com classificação por sua condição histórica. Esta ineficiência deve-se ao fato que o planejamento não atende às necessidades dos habitantes. Ainda que concordem com a proteção de bens históricos, o planejamento não deve ser, nesses casos, um instrumento de proibição, pelo fato de não cumprir uma distância mínima fixa.

A proposta de delimitação no mapa mental ilustra a diferença clara entre áreas novas e antigas para os habitantes sobre o AR. Isto porque eles identificam os materiais e sistemas construtivos dos edifícios atribuindo um valor histórico segundo o seu tempo e como representação social de uma época do passado. Este método, ainda que indique uma participação ativa da comunidade rural por meio da qual é possível registrar e ilustrar problemas, necessidades e expectativas quanto ao espaço que afeta os habitantes, não é suficiente para a desejada partilha do conhecimento da comunidade rural para com a técnica. Um planejamento mais eficiente deverá ser por uma participação ativa contínua, de maneira que ambos os grupos sociais construam um processo de comunicação por colaboração e não por imposição, no sentido de desenvolverem sinergias sociais em longo prazo.

A tendência negativa das respostas nas quatro perguntas, desde o período passado até o futuro, explica uma perspectiva cética sobre a evolução do espaço rural com base na perda de valores socioculturais e econômicos importantes para os habitantes. Segundo a comunidade rural, o fato de existirem muitos serviços públicos (escolas e cuidados de saúde) nas áreas urbanas em detrimento das rurais, bem como o reduzido transporte público para acesso às áreas urbanas, ou seja, para acesso a esses mesmos serviços, é interpretado como um problema e, ao mesmo tempo, como uma responsabilidade que as áreas urbanas devem ter para com as áreas rurais, de maneira a garantirem que esses serviços sejam para todos.

Da exploração interna feita com os técnicos, a avaliação positiva da valorização da paisagem e de cultivos para autoconsumo, e negativa do predomínio da agricultura, assim como de poucas residências, expõe a falta de atividades econômicas além da agrícola e sua necessidade para um melhor desenvolvimento rural. Pode-se interpretar a necessidade da multifuncionalidade como uma possibilidade de resposta para o desenvolvimento da comunidade rural. Sobre os elementos representativos do AR expostos, abordam a funcionalidade e a conservação da estrutura morfológica sem especificar diferenças na estrutura edificada que configura espacialmente o AR. Isto é explicado no desenho do plano de um AR, onde apenas existe diferença da tipologia dos edifícios. Nos diagramas de Venn, ao identificarem a paisagem e os produtos locais como positivos, estão a referenciá-los como oportunidades para o desenvolvimento econômico da comunidade rural que estão ao seu alcance, até porque um dos problemas que identificam com ênfase é a falta de emprego. Quando os técnicos sugerem a valorização da paisagem, a conservação dos edifícios e da estrutura morfológica dos AR, indicam-nas como possíveis formas de desenvolvimento para as necessidades da comunidade rural a que o planejamento rural deve responder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao questionar a comunidade local e o grupo de técnicos sobre o espaço rural e como delimitar o AR, pretendia-se explorar as suas percepções sociais, além de quais e como eram referenciados os elementos espaciais em função da sua integração social. Analisando a exploração *in situ* em relação ao espaço rural e à delimitação de AR, verificam-se referências à área edificada e à paisagem, assim como ao dever de serem protegidas e conservadas, como soluções ao desenvolvimento rural, se

articuladas aos planos de proteção. Estes elementos identificados pelos habitantes como positivos constituem oportunidades de desenvolvimento para a comunidade rural, desde que ocorra um planejamento que responda às necessidades reais dessa comunidade, e não apenas numa perspectiva de resposta aos interesses e necessidades da área urbana. O envolvimento ativo da população local através de métodos de participação durante o processo de planejamento, e no caso específico de um plano geral de ordenamento municipal, é entendido como fundamental para a comunidade. Este relacionamento de participação ativa no planejamento mitiga o sentimento de isolamento e perda do valor social que a comunidade rural possui.

A pouca população residente e a escassez de serviços e de transporte público para aceder a áreas urbanas concluem a perspectiva negativa que os habitantes têm quanto ao futuro do espaço rural, acrescentando uma situação de maior dependência da comunidade rural em relação às áreas urbanas. Esta maior dependência, associada ao isolamento, exprime a sua reduzida capacidade de atuação como atores participativos no planejamento da comunidade rural, como, por exemplo, através dos planos gerais de ordenação municipal. Os instrumentos de planejamento rural deveriam ter, no seu processo de desenvolvimento, uma fase de maior participação ativa da comunidade rural, até porque constituem um meio de desenvolvimento do espaço enquanto função social e de coesão da comunidade. Tal como foi proposto, os resultados obtidos pela participação da comunidade rural através do método do mapa mental demonstram uma via intermédia de participação em que os habitantes expuseram a sua percepção social sobre os espaços do AR e como se relacionam, daí a atribuição de áreas segundo diferentes representatividades sociais do espaço.

Sobre a tendência de evolução do AR e do espaço rural, os resultados a partir das respostas obtidas permitem concluir que existe uma tendência de crescimento da perspectiva negativa no espaço temporal compreendido entre o passado e o futuro. Quanto à primeira pergunta, que se refere ao tempo passado, isto é, ao que caracterizava e como era o AR antigamente, as respostas indicam uma maior porcentagem da perspectiva positiva. À medida que se executam as perguntas em entrevista aberta, percebe-se a diminuição da perspectiva positiva, pelo que se pode comprovar pelos resultados da última questão, sobre o futuro dos AR. Estes dados, além de identificarem uma evolução na tendência de perspectiva, permitem concluir que os entrevistados se encon-

tram ou valorizam mais aspectos relacionados com a sua memória e identidade do passado do que com fatos e alterações que acontecem no presente dos AR e do espaço rural. Esta identidade afeita às condições de vida do passado, em certa medida, explica a proximidade que a população residente no espaço rural atribui à terra, característica conhecida e reconhecida na Galícia como sociocultural.

Para o grupo de técnicos, a predominância da agricultura é entendida como um problema, sendo que uma maior diversidade de atividades econômicas geraria desenvolvimento rural, traduzindo-se num espaço rural multifuncional. A valorização da paisagem é importante para o espaço rural e deve ser integrada no planeamento de um AR. Em relação a um plano de AR, este deve ser uma estrutura ortogonal em que a organização da estrutura edificada se realiza segundo a via e uma praça, sendo estes elementos de suporte à distribuição dos edifícios. Conclui-se que, pelo fato de os edifícios não serem caracterizados pela sua diferença tipológica, não se permitem estabelecer diferenças entre áreas tipológicas como tradicionais ou novas, o que resulta numa distribuição espacial limitativa quanto ao valor tradicional e histórico que um AR pode ter.

Os resultados obtidos por ambas as explorações demonstram uma aproximação sobre o que caracteriza os AR e quais são seus problemas. Da mesma forma, numa perspectiva de expectativa futura, o elemento da paisagem deve ser entendido como um ativo espacial e social a valorizar. Como principal diferença entre as explorações, demonstra-se a falta ou reduzida participação no planeamento por parte da comunidade local, cujo valor enquanto conhecimento local não é reconhecido por parte do grupo técnico. Ou seja, existem perspectivas semelhantes identificadas como aspectos positivos e negativos, o que se pode traduzir numa aproximação quanto a futuras ações de planeamento; no entanto, falta e é necessário um instrumento intermediário de participação ativa e que funcione como ligação entre a comunidade rural e a técnica.

Desta forma, é necessário que as explorações sobre os dois grupos diferentes permitam, além das diferenças existentes, obter aspectos em comum quanto à percepção social do espaço rural e de como delimitar um AR, de forma a que o seu planeamento seja um resultado da integração social de elementos e características relevantes quanto ao seu significado espacial. Neste contexto, justificam-se as duas abordagens sobre a percepção social como um contributo ao planeamento rural, e

a intenção desta investigação de responder às necessidades das comunidades locais envolvendo um conhecimento técnico, de maneira que, em conjunto, comunidade rural e técnicos sejam capazes de representar uma delimitação de AR que partilhe os problemas, necessidades e desafios do lugar de AR. Além disso, a pesquisa desenvolvida sobre a percepção social pode ser aplicada a outros contextos rurais e com relação a outros grupos, visto que se trata de uma exploração.

(Recebido para publicação em novembro de 2012)

(Reapresentado em julho e novembro de 2013)

(Aprovado para publicação em abril de 2014)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEDI, Mohammad e KHODAMORADI, Sharareh. (2011), "Comparing Participatory Rural Appraisal and Rapid Rural Appraisal Methods in Rural Research". *Life Science Journal*, vol. 8, nº 3, pp. 1-6.
- ALKAN, Hasan; KORKMAZ, Mehmet e TOLUNAY, Ahmet. (2009), "Assessment of Primary Factors Causing Positive or Negative Local Perceptions on Protected Areas". *Journal of Environmental Engineering and Landscape Management*, vol. 17, nº 1, pp. 20-27.
- BÆRENHOLDT, Jørgen e AARSÆTHER, Nils. (2002), "Coping Strategies, Social Capital and Space". *European Urban and Regional Studies*, vol. 9, nº 2, pp. 151-165.
- BAH, Mahmoud *et al.* (2003), "Changing rural-urban linkages in Mali, Nigeria and Tanzania". *Environment and Urbanization*, vol. 15, nº 1, pp. 13-24.
- BARBOSA, Vasco; SANTÉ, Inés e CRECENTE, Rafael. (2011), "A Evolução da Lei do Solo nos Núcleos Rurais da Galícia, Espanha". *Anais da 7ª Conferência Internacional sobre Virtual Cities and Territories*, New University Lisbon, 11-13 de outubro, vol. 1, pp. 583-591.
- BARROS, Claudia. (2000), "Reflexiones sobre la Relación entre Lugar y Comunidad". *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, nº 37, pp. 81-94.
- BERTOLINI, Paola; MONTANARI, Marco e PERAGINE, Vito. (2008), *Poverty and Social Exclusion in Rural Areas*. Bruxelas, Ed. Comissão Europeia.
- BOURGOIN, Jeremy *et al.* (2011), "'Tips and Tricks' of Participatory Land Use Planning in Lao PDR: Towards a Land Zoning Negotiation Support Platform". *Anais da Conferência Earth System Governance*, Colorado, Colorado State University, 17-20 de maio, vol. 1, pp. 1-18.
- CAMPOS, Xaquín S. Rodríguez. (2004), "Las Paradojas de la Negociación de una Identidad Nacional Gallega". *Quaderns de l'Institut Català d'Antropologia*, nº 20, pp. 81-103.
- . (2006), "Tourism and Cultural Reflexivity in Galicia. In Galicia & Terranova & Labrador: Comparative Studies on Economic, Political and Socio-cultural Processes". *Proceedings of the International Congress*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 73-92.
- CÁNOVES, Gemma; VILLARINO, Montserrat e HERRERA, Luís. (2006), "Políticas Públicas, Turismo Rural y Sostenibilidad: Dificil Equilibrio". *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, nº 41, pp. 199-220.
- CAVESTRO, Luigi. (2003), "P.R.A.: Participatory Rural Appraisal Concepts, Methodologies and Techniques". Padova, Università degli Studi di Padova, pp. 38. Disponível em <http://www.agraria.unipd.it/agraria/master/02-03/PARTICIPATORY%20RURAL%20APPRAISAL.pdf>. Acessado em 10/8/2012.
- CECCATO, Vania e SNICKARS, Folke. (2000), "Adapting GIS Technology to the Needs of Local Planning". *Environment and Planning B*, vol. 27, nº 6, pp. 923-938.
- CHAMBERS, Robert. (1994a), "Participatory Rural Appraisal (PRA): Challenges, Potentials and Paradigm". *World Development*, vol. 22, nº 10, pp. 1437-1454.

- . (1994b), “The Origins and Practice of Participatory Rural Appraisal”. *World Development*, vol. 22, nº 7, pp. 953-969.
- . (2007), *PRA, PLA and Pluralism: Practice and Theory*. Brighton, Ed. Institute of Development Studies.
- CHAMPION, Tony. (2001), “The Continuing Urban-rural Population Movement in Britain: Trends, Patterns, Significance”. *Espace, Populations, Sociétés*, vol. 19, nºs 1-2, pp. 37-51.
- CHIPENIUK, Raymond. (2008), “Some Tools for Planning for Amenity Migration in Remote Rural Settlements: Lessons from Participatory Action”. *Community Development Journal*, vol. 43, nº 2, pp. 222-238.
- COHEN, Barney. (2006), “Urbanization in Developing Countries: Current Trends, Future Projections, and Key Challenges for Sustainability”. *Technology in Society*, vol. 28, nºs 1-2, pp. 63-80.
- COIMBRA, Elsa. (2011), “Land Management Grounded in Social Soil: Galician Land Banking in Context”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 66, pp. 135-155.
- CORTIZAS, Antonio Martínez e ALBERTI, Augusto Pérez (1999), *Atlas Climático de Galicia*. Santiago de Compostela, Ed. Xunta de Galicia.
- DELGADO, Nelson e LEITE, Sergio. (2011), “Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores”. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, vol. 54, nº 1, pp. 431-473.
- DENNIS, Samuel. (2006), “Prospects for Qualitative GIS at the Intersection of Youth Development and Participatory Urban Planning”. *Environment and Planning A*, vol. 38, nº 11, pp. 2039-2054.
- DOMINGUES, José Maurício. (1999), “Sociologia da Cultura, Memória e Criatividade Social”. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, vol. 42, nº 2, pp. 303-339.
- FERNÁNDEZ DE ROTA, José Antonio. (1990), “Antropología del Arte y Arte Antropológico”. *Anales de la Fundación Joaquín Costa*, nº 7, pp. 55-62.
- . (1991), “Identidad y recreación histórica en Galicia”. *Revista de Antropología Social*, pp. 205-215.
- . (1992), “La Antropología Gallega a Debate”. *Anales de la Fundación Joaquín Costa*, nº 9, pp. 123-145.
- FERRASSEXTO, Carlos e LOIS GONZÁLEZ, Rubén C. (1993), “Estructura Urbana de las Áreas Metropolitanas Gallegas: La Estructura Urbana de Santiago: ¿Un Área Metropolitana en Proceso de Formación?” *Papeles de Geografía*, nº 19, pp. 115-124.
- FERREIRA, Álvaro. (2007), “A Produção do Espaço: Entre Dominação e Apropriação. Um Olhar sobre os Movimentos Sociais”. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol. 11, nº 245.
- FRADES, Antonio Maya e GONZÁLEZ, Cristina H. (2009), “Nuevas Funciones y Desarrollos de los Territorios Rurales Europeos: Su Necesaria Adaptación a Métodos de Producción Duraderos y Sostenibles”. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, nº 49, pp. 255-279.

- GARCÍA-LAMPARTE, Andrés; SANTÉ, Inés e CRECENTE, Rafael. (2010), "Análisis de los Factores que Condicionan la Evolución de los Usos del Suelo en los Pequeños Asentamientos Urbanos de la Costa Norte de Galicia". *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, nº 54, pp. 57-79.
- GIERYN, Thomas. (2000), "A Space for Place in Sociology". *Annual Review of Sociology*, vol. 26, pp. 463-496.
- GUIRADO-GONZÁLEZ, Carles. (2008), "Dualidad Territorial en Espacios Rurales de Montaña. Repercusiones en el Paisaje del Pirineo catalán". *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol. 12, nº 270.
- HALFACREE, Keith. (1995), "Talking about Rurality: Social Representations of the Rural as Expressed by Residents of Six English Parishes". *Journal of Rural Studies*, vol. 11, nº 1, pp. 1-20.
- HARVEY, David. (1990), "Between Space and Time: Reflections on the Geographical Imagination". *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 80, nº 3, pp. 418-434.
- HEALEY, Patsy. (2006), "Relational Complexity and the Imaginative Power of Strategic Spatial Planning". *European Planning Studies*, vol. 14, nº 4, pp. 525-546.
- HERLIHY, Peter e KNAPP, Gregory. (2003), "Maps of, by, and for the Peoples of Latin America". *Human Organization*, vol. 62, nº 4, pp. 303-314.
- IGE (Instituto Galego de Estatística). (2012), Disponível em [http://www.ige.eu/igebdt/esqv.jsp?paxina=001&c=0201001002&ruta=verPpalesResultados.jsp?OP=1&B=1&M=&COD=4592&R=0\[all\]&C=9928\[all\];1\[all\]&F=T\[1:0\]&S=](http://www.ige.eu/igebdt/esqv.jsp?paxina=001&c=0201001002&ruta=verPpalesResultados.jsp?OP=1&B=1&M=&COD=4592&R=0[all]&C=9928[all];1[all]&F=T[1:0]&S=). Acessado em 21/6/2013.
- INSUA, Luis e CORREA, Edelmira. (2007), "Nuevas Ruralidades y Viejos Campesinismos. Agenda para una Nueva Sociología Rural Latinoamericana". *Cuadernos de Desarrollo Rural*, nº 59, pp. 37-61.
- LEFEBVRE, Henri. (1984), *The Production of Space*. Traduzido por Donald Nicholson-Smith. Oxford, Anthopos.
- LIEPINS, Ruth. (2000), "New Energies for an Old Idea: Reworking Approaches to 'Community' in Contemporary Rural Studies". *Journal of Rural Studies*, vol. 16, nº 1, pp. 23-35.
- LIU, Yansui; ZHANG, Fugang e ZHANG, Yingwen. (2009), "Appraisal of Typical Rural Development Models during Rapid Urbanization in the Eastern Coastal Region of China". *Journal of Geographical Sciences*, vol. 19, nº 5, pp. 557-567.
- LOGROÑO, Maria Pilar A. e LOIS GONZÁLEZ, Rubén C. (1997), "Proceso de Industrialización y Organización del Espacio en un Territorio Periférico: Galicia". *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, nº 24, pp. 147-168.
- LOIS GONZÁLEZ, Rubén C. e TORRES LUNA, Maria Pilar A. (1995), "Las Periferias Urbanas de Galicia". *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, nº 15, pp. 435-444.
- MANCILLA, Claudio; VILADOMIU, Lourdes e GUALLARTE, Carlos. (2010), "Emprendimiento, Inmigrantes y Municipios Rurales: El Caso de España". *Economía Agraria y Recursos Naturales*, vol. 10, nº 2, pp. 123-144.

- MANZO, Lynne e PERKINS, Douglas. (2006), "Finding common Ground: The Importance of Place Attachment to Community Participation and Planning". *Journal of Planning Literature*, vol. 20, nº 4, pp. 335-250.
- MARSDEN, Terry. (1999), "Rural Futures: The Consumption Countryside and Its Regulation". *Sociologia Ruralis*, vol. 39, nº 4, pp. 501-526.
- MASCARENHAS, James. (1991), "Participatory Rural Appraisal and Participatory Learning Methods: Recent Experiences from Myrada and South India". *Forests, Trees and People Newsletter*, vol. 1, nº 13, pp. 26-32.
- MATA-OLMO, Rafael e FERNÁNDEZ-MUÑOZ, Santiago. (2010), "Paisajes y Patrimonios Culturales del Agua. La Salvaguarda del Valor Patrimonial de los Regadíos Tradicionales". *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol. 14, nº 337.
- MAYA, Diana; PÉREZ, Edelmira e QUIJANO, Maria. (2001), "Metodologías en la Formulación y Planificación de Proyectos de Desarrollo Rural". *Cuadernos de Desarrollo Rural*, nº 47, pp. 99-113.
- MAYOUX, Linda e CHAMBERS, Robert. (2005), "Reversing the Paradigm: Quantification, Participatory Methods and Pro-poor Impact Assessment". *Journal of International Development*, vol. 17, nº 2, pp. 271-298.
- McCALL, Michael. (2003), "Seeking Good Governance in Participatory-GIS: A Review of Processes and Governance Dimensions in Applying GIS to Participatory Spatial Planning". *Habitat International*, vol. 27, nº 4, pp. 549-573.
- MERRIFIELD, Andrew. (1993), "Place and Space: A Lefebvrian Reconciliation". *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 18, nº 4, pp. 516-531.
- MIDGLEY, Jane *et al.* (2005), "Rural Development Policy and Community Data Needs in Scotland". *Land Use Policy*, vol. 22, nº 2, pp. 163-174.
- MOSSE, David. (1994), "Authority, Gender and Knowledge: Theoretical Reflections on the Practice of Participatory Rural Appraisal". *Development and Change*, vol. 25, nº 3, pp. 497-526.
- NGAH, Ibrahim; PRESTON, David e ASMAN, Nor. (2010), "Current Planning Priorities in Rural Villages in Malaysia. Learning from the New Malaysian Village Action Plans". *Innovation and Sustainable Development in Agriculture and Food*, vol. 1, pp. 1-9.
- NOGUÉ, Joan. (1989), "Espacio, Lugar, Región: Hacia una Nueva Perspectiva Geográfica Regional". *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, nº 9, pp. 49-62.
- PACIONE, Michael. (1983), "The Temporal Stability of Perceived: Neighborhood Areas in Glasgow". *The Professional Geographer*, vol. 35, nº 1, pp. 66-73.
- PEREIRO, Xerardo. (2004), "Apuntes de Antropología y Memoria". *O Fiadeiro*, nº 15, pp. 123-158.
- e VILAR, Manuel. (2008), "Ethnographic Museums and Essentialist Representations of Galician Identity". *International Journal of Iberian Studies*, vol. 21, nº 2, pp. 87-108.
- POCOCK, David C. (1976), "Some Characteristics of Mental Maps: An Empirical Study". *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 1, nº 4, pp. 493-512.

- RAMBALDI, Giacomo *et al.* (2006), "Participatory Spatial Information Management and Communication in Developing Countries". *The Electronic Journal on Information Systems in Developing Countries*, vol. 25, nº 1, pp. 1-9.
- REBOREDO, Xosé Manuel González. (1990), "A Identidade Local en Terras do Oriente de Galicia". *Revista Internacional de los Estudios Vascos, RIEV*, vol. 35, nº1, pp. 69-84.
- . (2001), "A Construcción de Referentes de Identidade Etno-nacional. Algunhas Mostras sobre Galicia". *Simposio Internacional de Antropoloxía*, pp. 201-248, Consello da Cultura Galega.
- ROA, Elcy; ALVAREZ, Jaime e VÉLEZ, Diana. (2007), *Evaluación de Resultados a la Red de Seguridad Alimentaria ReSA*. Bogotá, Departamento Nacional de Planeación.
- ROBINSON, Lance. (2002), "Participatory Rural Appraisal: A Brief Introduction". *Group Facilitation: A Research and Applications*, nº 4, pp. 45-52.
- ROCHE, Stéphane e HUMEAU, Jean. (1999), "GIS Development and Planning Collaboration: A Few Examples from France". *Journal of the Urban and Regional Information Systems Association*, vol. 11, nº 1, pp. 5-14.
- SABATINI, Francisco; ARENAS, Federico e NÚÑEZ, Andrés. (2011), "Identidades Territoriales en Chile: Entre la Globalización y el Regionalismo". *Scripta Nova: revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol. 15, nº 379.
- SANTOS SOLLA, Xosé M. (2012), "Los Turismos de Interior en Galicia. Balance y Perspectivas". *Polígonos. Revista de Geografía*, nº 23, pp. 213-234.
- SARMENTO, Francisco; FERREIRA, José e HURTADO, Adolfo. (2009), *Territorial Diagnosis Handbook*. Roma, Ed. FAO/ ActionAid.
- SEDOGO, Laurent e GROTEN, Susanne. (2002), "Integration of Local Participatory and Regional Planning: A GIS Data Aggregation Procedure". *GeoJournal*, vol. 56, nº2, pp. 69-82.
- SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo e MACEDO, Marcelo. (2008), "Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 51, nº 1, pp. 107-142.
- SILVA, Luís e FIGUEIREDO, Elisabete (eds.). (2013), *Shaping Rural Areas in Europe: Perceptions and Outcomes on the Present and the Future*. New York/London, Springer.
- STEPHENSON, Janet. (2007), "Many Perceptions, One Landscape". *Landscape Review*, vol. 11, nº 2, pp. 9-30.
- THILL, Jean e SUI, Daniel. (1993), "Mental Maps and Fuzziness in Space Preferences". *The Professional Geographer*, vol. 45, nº 3, pp. 264-276.
- TORRES LUNA, Maria Pilar e LOIS GONZÁLEZ, Rubén C. (1992), "Los Regímenes de Tenencia en Galicia (España): El Caso de las Provincias Interiores". *Investigaciones Geográficas*, nº 10, pp. 57-66.
- TUAN, Yi-Fu. (1991), "Language and the Making of Place: A Narrative-descriptive Approach". *Annals of the Association of American Geographers*, vol. 81, nº4, pp. 684-696.
- TWIGGER-ROSS, Clare e UZZELL, David. (1996), "Place and Identity Processes". *Journal of Environmental Psychology*, vol. 16, nº 3, pp. 205-220.

- TYRVÄINEN, Liisa; MÄKINEN, Kirsi e SCHIPPERIJN, Jasper. (2007), "Tools for Mapping Social Values of Urban Woodlands and Other Green Areas". *Landscape and Urban Planning*, vol. 79, nº 1, pp. 5-19.
- VALCÁRCEL RIVEIRO, Carlos e SANTOS SOLLA, Xosé M. (1997), "Turismo Rural, Língua e Desenvolvimento Local", in G. Benito e R. González (eds.), *Agricultura y Sociedad en la España Contemporánea*. Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación/Centro de Investigaciones Sociológicas, pp. 79-106.
- VALENCIA-SANDOVAL, Cecilia; FLANDERS, David e KOZAK, Robert. (2010), "Participatory Landscape Planning and Sustainable Community Development: Methodological Observations from a Case Study in Rural Mexico". *Landscape and Urban Planning*, vol. 94, nº 1, pp. 63-70.
- VAN DAM, Frank; HEINS, Saskia e ELBERSEN, Berien. (2002), "Lay Discourses of the Rural and Stated and Revealed Preferences for Rural Living. Some Evidence of the Existence of a Rural Idyll in the Netherlands". *Journal of Rural Studies*, vol. 18, nº 4, pp. 461-476.
- WILLIAMS, Daniel *et al.* (1992), "Beyond the Commodity Metaphor: Examining Emotional and Symbolic Attachment to Place". *Leisure Sciences*, vol. 14, nº 1, pp. 29-46.
- WOODS, Michael. (2010), "Performing Rurality and Practising Rural Geography". *Progress in Human Geography*, vol. 34, nº 6, pp. 835-845.
- ZANETELL, Brooke e KNUTH, Barbara. (2002), "Knowledge Partnerships: Rapid Rural Appraisal's Role in Catalyzing Community-based Management in Venezuela". *Society & Natural Resources*, vol. 15, nº 9, pp. 805-825.

RESUMO

Análise Social dos Fatores que Influenciam o Desenvolvimento e o Planejamento dos Assentamentos Rurais: Os Casos dos Municípios de Cervantes e Guitiriz na Galícia

Este artigo realiza uma análise social de fatores que influenciam o desenvolvimento e o planejamento dos núcleos populacionais rurais. Nesse sentido, busca determinar quais são e em que medida os objetos identificados exercem influência no espaço rural e no seu âmbito de atuação relacionados como lugares rurais. O objetivo é identificar a percepção social do espaço rural e do lugar desses núcleos rurais levando em consideração dois grupos sociais: a própria comunidade rural e um grupo de técnicos em planejamento. Como metodologia, realizou-se uma exploração *in situ* associada a visitas e entrevistas em campo, bem como uma aplicação de questionários ao grupo de técnicos. Conclui-se que ambas as explorações demonstram proximidades quanto às características dos assentamentos rurais e quanto aos seus problemas, bem como consideram que os elementos da paisagem devem ser entendidos como um ativo espacial e social no planejamento destas áreas.

Palavras-chave: percepção social; planejamento rural; assentamentos rurais

ABSTRACT

Social Analysis of the Factors that Influence the Development and Planning of Rural Settlements: The Cases of the Municipalities of Cervantes and Guitiriz in Galiza

This article carries out a social analysis of the factors that influence development and planning in rural population clusters. In this vein, it seeks to determine such factors and to what extent those identified influence rural space. The aim of this article is to identify the social perception of rural space and the place of such rural clusters taking into consideration two social groups: the rural community itself and a group of planning technicians. In methodological terms, an on-site exploration was carried out in combination with fieldwork and interviews. In addition, technical workers were asked to respond a survey questionnaire. The article concludes that both explorations indicated similarity as to the characteristics of rural settlements and its problems, and that landscape must be considered a spatial asset in planning undertaken in these areas.

Keywords: social perception; rural planning; rural settlements

RÉSUMÉ

Analyse Sociale des Facteurs Agissant sur le Développement et l'Aménagement des Occupations Foncières Rurales: Le Cas des Cantons de Cervantes et Guitiriz en Galice

Dans cette recherche, on examine des facteurs sociaux qui influencent l'aménagement et le développement des noyaux des populations rurales. On cherche ainsi à déterminer quels sont les groupes concernés, leur degré d'influence sur l'espace rural et les limites de leur champ d'action sur ces lieux. Il s'agit donc de définir la perception sociale de l'espace rural et du lieu de ces noyaux, une fois pris en considération deux groupes sociaux: la communauté rurale elle-même et le groupe de techniciens en aménagement. Comme méthodologie, on a procédé à une enquête sur le terrain avec visites et entretiens et on a fait remplir des questionnaires par les techniciens. On conclut que les deux modes d'exploitation des données présentent des similitudes aussi bien dans les caractéristiques des occupations foncières rurales que dans leurs problèmes; on relève aussi que les éléments du paysage doivent être appréhendés comme un actif spatial et social dans l'aménagement de ces zones.

Mots-clés: perception sociale; aménagement rural; occupations foncières rurales

RESUMEN

Análisis Social de los Factores que Influyen en el Desarrollo y la Planificación de los Asentamientos Rurales: Los Casos de los Municipios de Cervantes y Guitiriz en Galicia

Este artículo realiza un análisis social de los factores que influyen en el desarrollo y la planificación de los núcleos poblacionales rurales. Se busca, de este modo, determinar cuáles son y en qué medida los objetos identificados ejercen influencia en el espacio rural y en su ámbito de actuación relacionados como lugares rurales. El objetivo del trabajo es identificar la percepción social del espacio rural y del lugar de esos núcleos rurales, teniendo en cuenta dos grupos sociales: la propia comunidad rural y un grupo de técnicos en planificación. En términos metodológicos, se realizó una exploración *in situ* asociada a visitas y entrevistas en campo, y se aplicaron encuestas al grupo de técnicos. Se concluye que ambas exploraciones demuestran proximidades en lo que se refiere a las características de los asentamientos rurales y sus problemas, a la vez que consideran que los elementos del paisaje deben ser entendidos como un activo espacial y social en la planificación de estas áreas.

Palabras clave: percepción social; planificación rural; asentamientos rurales